

# CAPACITAÇÃO E ELABORAÇÃO DE UM DOCUMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTRUMENTOS OPERACIONAIS NO SECTOR DA EDUCAÇÃO

## TERMOS DE REFERÊNCIA

### 1. CONTEXTO

O estudo das políticas públicas se insere, hoje, nos esforços para compreender o papel do Estado e suas implicações na sociedade contemporânea. Isto significa observar a lógica existente nas diferentes formas de interação entre Estado e sociedade, identificar as relações existentes entre os diversos atores e compreender a dinâmica da ação pública. Apesar de relativamente recente<sup>6</sup>, o estudo atual das políticas públicas já comporta uma mudança importante na forma de abordar o tema: a tendência que se afasta da orientação operacional inicial para aproximar-se de uma abordagem cognitiva, onde as políticas públicas são entendidas como “Estado em ação”, conforme Muller e Surel (2004, p. 11) <sup>1</sup> como “um conjunto de conhecimentos proporcionado por diversas disciplinas das ciências humanas utilizados para buscar resolver ou analisar problemas concretos em política pública”.

No entanto, para compreender o processo de análise de políticas, torna-se premente compreender o próprio conceito de política, que segundo Jenkins (1978, p. 15) <sup>2</sup> política é um “conjunto de decisões interrelacionadas, concernindo à seleção de metas e aos meios para alcançá-las, dentro de uma situação especificada”.

Portanto, trabalhar com a análise de políticas implica compreender que o termo política implica ver a política enquanto campo de atividade ou envolvimento governamental, objetivo ou situação desejada, decisões do governo frente a situações emergenciais, programa, resultados, impacto, entre outros.

---

<sup>1</sup> JARDIM José Maria et al. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação Perspect. ciênc. inf. vol.14 no.1 Belo Horizonte Jan./Apr. 2009.

<sup>2</sup> GAPI - Grupo de Análise de Políticas de Inovação, UNICAMP, Brasil 2002.

***Nota: “Esta atividade foi apoiada financeiramente pela EOL e seu agente de subvenção, Oxfam IBIS. O apoio financeiro não implica que a EOL ou a Oxfam IBIS sejam responsáveis pelo conteúdo ou pelas mensagens que fazem parte da atividade.”***

O sector da educação o seu funcionamento é orientado por um vasto quadro político seja de longo, medio e curto prazo, a título de exemplo, no âmbito de longo prazo pode-se encontrar a lei do Sistema Nacional de Educação, a medio prazo o Plano Estratégico de Educação, e no âmbito de curto prazo o plano económico e social.

No entanto, acompanhar e entender a implementação desses instrumentos, por um lado orientadores / normativos e por outro lado operacionais, nem sempre se apresenta tarefa fácil para a maioria dos cidadãos e Organizações da Sociedade Civil, principalmente pela sua complexidade, na medida em carrega consigo conceitos muito técnicos de difícil análise e compreensão.

Assim sendo, incumbe-se esta necessidade de se criar capacidade e nível de engajamento da Sociedade Civil em geral, e dos cidadãos em análise de políticas públicas do sector da Educação, enquanto um exercício de promoção da cidadania activa em Moçambique.

Nesta perspetiva, o MEPT, uma rede / coligação de Organizações Não Governamentais, Associações, Organizações Comunitárias de Base e Pessoas Singulares que trabalham e/ou que se interessam pela melhoria da qualidade de educação em Moçambique, pretende contratar serviços de consultoria na área de análise de politicas, com especial enfoque para o sector da Educação, com os seguintes objetivos:

## II. OBJECTIVOS DA CONSULTORIA

- ✓ Analisar e documentar as políticas públicas e instrumentos operacionais do sector da educação;
- ✓ Capacitar a Sociedade Civil em análise de políticas públicas do sector da Educação;
- ✓ Elaborar um pequeno guião orientador para a análise de políticas públicas.

## III. METODOLOGIA

Os / as concorrentes (consultores / as) devem assegurar o envio da proposta de metodologia. No entanto, a metodologia mais detalha devera ser elaborada em estreita coordenação com o

***Nota: “Esta atividade foi apoiada financeiramente pela EOL e seu agente de subvenção, Oxfam IBIS. O apoio financeiro não implica que a EOL ou a Oxfam IBIS sejam responsáveis pelo conteúdo ou pelas mensagens que fazem parte da atividade.”***

Secretariado Executivo do MEPT, tendo em conta as especificidades que esta acção apresenta ou possa apresentar.

Contudo, há que destacar a necessidade de a proposta a ser enviada mostrar como será feito o trabalho, de modo a se assegurar alcance dos três objectivos definidos.

#### **IV. RESULTADO ESPERADOS:**

- ✓ Analisadas e documentas as politicas publicas e instrumentos operacionais do sector da educação;
- ✓ Aumentada capacidade e nível de engajamento da Sociedade Civil em análise de políticas públicas do sector da Educação;
- ✓ Elaborado um pequeno guião orientador para a análise de políticas públicas.

#### **V. PERÍODO DA REALIZAÇÃO DO TRABALHO**

O trabalho de análise de politicas publicas devera ser feito logo que for assinado o contracto entre o MEPT e os consultores / as seleccionados /as, o que significa que o trabalho poderá iniciar ainda no corrente mês de Outubro. Por seu turno, a capacitação será realizada a posterior, numa data a indicar, entre os meses de Novembro e Dezembro.

#### **VI. PRODUTOS FINAIS ESPERADOS**

- ✓ Documento de análise de políticas públicas e instrumentos operacionais do sector da educação;
- ✓ Um pequeno guião orientador para a análise de políticas públicas.

#### **VII. PERFIL REQUERIDO**

O/A consultor/a deverá possuir experiência na realização de análises de politicas publicas; preferencialmente no sector da Educação, documentos, elaboração de estratégias, políticas, formação superior na área da Educação, Sociologia, Antropologia ou outras áreas relacionadas, domínio das questões ligadas ao desenvolvimento de políticas organizações, boa governação, entre outros.

***Nota: “Esta atividade foi apoiada financeiramente pela EOL e seu agente de subvenção, Oxfam IBIS. O apoio financeiro não implica que a EOL ou a Oxfam IBIS sejam responsáveis pelo conteúdo ou pelas mensagens que fazem parte da atividade.”***

## VIII. CANDIDATURAS

As candidaturas deverão ser feitas através duma carta de manifestação de interesse acompanhada de um CV e enviados por e-mail para (COLOCAR O EMAIL) até 26 de Outubro de 2020. Aos candidatos solicita-se que apresentem uma proposta em linhas gerais da metodologia proposta, plano de trabalho/cronograma e custos previstos, incluindo as obrigações fiscais, devidamente destacadas. O MEPT reserva-se o direito de contactar apenas os/as candidatos/as pré-selecionados/as.

## IX. SOBRE O MEPT:

O Movimento de Educação Para todos (MEPT) é uma rede / coligação de Organizações Não Governamentais, Associações, Organizações Comunitárias de Base e pessoas singulares que trabalham e/ou que se interessam pela Educação. Foi estabelecido em 1999 com o objectivo de capacitar as Organizações da Sociedade Civil para o seu pleno envolvimento nas questões de Educação e de advocacia em prol de Educação básica de qualidade para todos.

**Este tem como missão** “Realizar acções de advocacia junto ao governo, sector público, à sociedade civil e sector privado, para que uma educação básica de qualidade seja acessível e usufruída por todos os cidadãos e cidadãs”. **Tem como visão** “Um país onde todas as crianças, jovens e adultos de ambos os sexos tenham acesso a uma educação básica de qualidade, sem qualquer tipo de discriminação”. **Tem como objectivos** “Contribuir para a melhoria do acesso a uma Educação de qualidade e inclusiva e que dê particular atenção às raparigas, à mulher e às crianças vulneráveis”.

***Nota:** “Esta atividade foi apoiada financeiramente pela EOL e seu agente de subvenção, Oxfam IBIS. O apoio financeiro não implica que a EOL ou a Oxfam IBIS sejam responsáveis pelo conteúdo ou pelas mensagens que fazem parte da atividade.”*